



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO E APOIO PEDAGÓGICO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES**

RELATÓRIO DE GESTÃO

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES - PIAPE/UFSC

2024

Elaboração:

Janaina Santos de Macedo - Doutora em Antropologia Social, Coordenadora de Avaliação e Apoio Pedagógico, Coordenadora geral do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes - PIAPE/CAAP.

Luiza Souza Ioppi Gomes - Mestre em Administração Universitária, Pedagoga do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes PIAPE/CAAP.

Adriana D'Agostini - Doutora em Educação, professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação, Supervisora de Orientação Pedagógica do PIAPE/CAAP.

Equipe:

Campus Florianópolis:

Janaina Santos

Luiza Souza Ioppi Gomes

Marilúcia Ramos Anselmo

Campus Araranguá:

Juliana Pires da Silva e Marcia Martins Szortyka

Campus Blumenau:

Bruna da Silva Alves

Campus Curitiba:

Cleusa Mazzuco

Campus Joinville:

Luciana Reginato Dias Sachetti

Daniela Cardoso de Oliveira

Sumário

- 01.** Introdução
- 02.** Concepções de Assistência Estudantil
- 03.** Ações de Apoio Pedagógico nas IES
- 04.** O contexto da UFSC: Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes
- 05.** Considerações Finais
- 06.** Referências

Introdução

O presente relatório tem como objetivo analisar as ações do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE), iniciativa desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no âmbito de atividades de permanência estudantil inscritas no eixo de apoio e orientação pedagógica aos estudantes da graduação. Também tem como finalidade apresentar a importância de programas institucionais de apoio e orientação pedagógica no ensino superior no que se relaciona à qualidade dos processos formativos e vinculação acadêmica, com enfoque nos processos de ensino e aprendizagem de qualidade, inclusivos, democráticos e que contribuam para a permanência estudantil no ensino superior.

Os dados apresentados demonstram que o programa desenvolve, desde sua criação em 2013, diversas ações de apoio ao aprendizado e às atividades acadêmicas nos cinco campi da UFSC nas áreas de Leitura e Produção Textual, Matemática (Pré-Cálculo, Cálculo I, Cálculo II, Álgebra Linear, Geometria Analítica), Estatística, Física I, Revisão de Matemática do Ensino Médio, Física II, Informática Básica e Programação, Bioquímica, Química e Orientação Pedagógica individual e em grupos.

O programa alcança uma média de 5 mil estudantes inscritos(as) nestas atividades a cada semestre letivo, considerando os mais diversos perfis de ingresso em relação à escolarização pregressa, à forma de ingresso, à faixa etária, ao gênero, à nacionalidade de origem, ao perfil neurodiverso, à origem étnica, às características socioeconômicas, etc.

Pretende-se com o relatório demonstrar a relevância do PIAPE enquanto política pública de permanência estudantil e a necessidade de maior apoio institucional para que possa superar fragilidades e seguir contribuindo para a permanência e a qualidade dos processos formativos de estudantes de Graduação em nossa universidade. Além disso, tem por objetivo dar transparência às ações realizadas pela equipe do PIAPE, publicizando os dados relativos a 2024, servindo para amplo conhecimento da comunidade acadêmica sobre todas as ações do programa.

2. Concepções de Assistência Estudantil

O Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes, doravante PIAPE, foi criado em 2013 como um dos meios para atendimento às demandas de permanência de estudantes de Graduação em conformidade com o exposto no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAESI, que, no artigo 3º, parágrafo 9º, instituiu a oferta de dez itens fundamentais para garantir a ampliação “das condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal”. Desde a sua criação, o programa vem ampliando suas ações, configurando-se em um dos instrumentos que se apresentam aos (às) estudantes de Graduação dos cinco campi da UFSC para auxílio nas trajetórias acadêmicas no Ensino Superior, colaborando com o acolhimento, a permanência, a qualidade dos processos formativos e a conclusão dos cursos, por meio da oferta de atividades diversificadas de apoio e orientação pedagógica que se constituem como parte das atividades de assistência estudantil.

A este respeito, Soares e Amaral (2022) compreendem duas concepções acerca da atuação da assistência estudantil, uma é de caráter seletivo e restritiva, de cunho apenas assistencial financeiro, que embora importante, pode reverberar em processos educacionais que reproduzem o status quo da sociedade de classes. A outra é uma concepção universal, que contribui para um processo de emancipação, pois visa a atender ao estudante em sua multidimensionalidade: econômica, social, acadêmica, de desenvolvimento humano, dentre outras.

“

O Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) foi criado em 2013 como um dos meios para atendimento às demandas de permanência de estudantes de Graduação

Segundo Heringer (2018, p. 13), a definição de política de assistência estudantil

pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, compreendendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior. É composta por ações universais e/ou focalizadas em determinados segmentos com necessidades específicas. Tais ações buscam apoiar a permanência dos estudantes na universidade para que possam concluir sua graduação com bom aproveitamento acadêmico.

Por meio do PNAES, documento principal que assegura ações de assistência estudantil no ensino superior, o Estado pautou a assistência “como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como importante para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior” (FONAPRACE, 2012, p. 31). Além disso, o referido documento tem o papel fundamental de mobilizar recursos para o fomento da assistência estudantil nas universidades e assim garantir a permanência. Dessa maneira, entende-se que as ações de permanência estão relacionadas à assistência estudantil, visto que as instituições devem atender às determinações previstas nas normas do PNAES para promoção da permanência dos(as) graduandos(as) nos cursos (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016). Heringer (2018, p. 13) aponta as peculiaridades das ações de assistência e ações de permanência no ensino superior e considera que

[...] políticas de permanência possuiriam maior abrangência, incluindo aspectos relacionados a diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos, entre outras atividades. As políticas de assistência estudantil estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas. [...] As políticas de permanência devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinam àqueles em situação de vulnerabilidade, vivenciando circunstâncias que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira.

Dessa forma, a política de permanência abarca a política de assistência, contemplando toda ação que fomenta a participação e conclusão de maneira qualitativa no ensino superior, enquanto que as ações de assistência são destinadas aos estudantes vulneráveis que dependem de suporte para cursar a graduação, garantidas por meio do PNAES. Porém a autora afirma que, “na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implementação destas políticas, as ações de permanência e assistência estão interligadas, superpostas ou mesmo confundidas” (HERINGER, 2018, p. 14).

O FONAPRACE (2012) sugere que, considerando a complexidade das necessidades humanas, as políticas de assistência estudantil universitária não contemplem apenas a tríade alimentação, moradia e transporte, mas, para formação ampliada do estudante, deve-se promover ações de caráter universal por meio de programa de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, contribuindo para uma formação acadêmica plena, para o despertar da consciência crítica e cidadã. O Fórum propõe que a assistência

estudantil, no âmbito das instituições de ensino superior, seja desenvolvida a partir de ações em conjunto de assistência básica e de assistência ampliada, articulando com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida do estudante universitário. Observa-se que o rol de ações de assistência estudantil expandiu-se no decorrer da história, inicialmente suas ações eram direcionadas somente para a área da moradia, posteriormente também para saúde, alimentação e material escolar, e, com o PNAES, as necessidades de atendimento passaram a abranger dez categorias, dentre elas o apoio pedagógico (SOARES; AMARAL, 2022). Dessa maneira, de acordo com Honorato, Vargas e Heringer (2014, p. 16),

a política de assistência estudantil definida a partir do PNAES expandiu a definição de apoio ao estudante, incluindo outras áreas como saúde, creche para filhos de estudantes e inclusão digital, entre outras ações. Acima de tudo, esta nova legislação propõe uma nova abordagem sobre as políticas de assistência estudantil, na medida em que a define como um direito dos estudantes; como uma condição prévia para o sucesso acadêmico dos mesmos.

Essa variedade de eixos de atuação proposta no PNAES “pretende articular diferentes áreas e diferentes políticas sociais, objetivando garantir um padrão de proteção social amplo” (IMPERATORI, 2017, p. 295). Quando se amplia essa concepção, outros fatores passam a ser vistos como importantes para o sucesso estudantil, para além da assistência financeira, associando qualidade do ensino a políticas de permanência abrangentes, destinadas a todos(as) os(as) estudantes (TOTI; POLYDORO, 2020). Dutra e Santos (2017) consideram que a assistência estudantil deve atender todas as áreas dos direitos humanos, desenvolvendo ações que promovam desde boas condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos necessários para a formação profissional nas diferentes áreas do conhecimento, acessibilidade, até o provimento de recursos de sobrevivência como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. A ampliação do conceito de assistência estudantil traz o desafio de oferecer uma política integral que não visa somente à promoção do apoio financeiro, tendendo à “bolsificação”* dos serviços de assistência estudantil, como tem acontecido na ampla maioria das universidades públicas brasileiras (DUTRA; SANTOS, 2017; HONORATO; VARGAS; HERINGER, 2014; TOTI; POLYDORO; ASSUMPÇÃO, 2018).

Em pesquisa sobre as ações de apoio aos estudantes nas universidades, Toti, Polydoro e Assumpção (2018) afirmam que a literatura demonstra a prevalência da concepção de políticas de permanência centradas na oferta de auxílio financeiro destinados à alimentação, moradia, transporte etc. As autoras concluem que, apesar da importância destas políticas, elas não atendem a todos os aspectos acadêmicos e institucionais que impactam na retenção e evasão.

- De acordo com Cislighi e Silva (2012 apud HONORATO; VARGAS; HERINGER, 2014, p. 16), bolsificação significa “monetização da política social, soluções rebaixadas e pauperizadas para as mais diversas expressões da questão social”.

Ao avaliar o desenvolvimento psicossocial dos estudantes no percurso da graduação, ANDRADE e TEIXEIRA (2017) observaram que há grande correlação deste com as ações de apoio pedagógico, fato também encontrado na literatura, que indica a influência positiva da adaptação acadêmica e seu suporte social e cultural para o desenvolvimento psicossocial. Os autores concluem que “as condições de apoio pedagógico percebidas amparam o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem do jovem, frente aos desafios acadêmicos” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 521). Além disso, o desenvolvimento psicossocial tem influência na permanência do estudante, por possibilitar progresso e gratificação, além de aquisição de habilidades acadêmicas que possibilitam melhor desempenho acadêmico. Portanto, é importante considerar a associação entre desempenho e permanência no curso, sendo que o bom rendimento fortalece o senso de autoeficácia e fornece segurança ao estudante para enfrentar os desafios da academia (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017). Em conformidade, na revisão de literatura realizada por Matta, Lebrão e Heleno (2017), observa-se que os relacionamentos interpessoais podem contribuir para o bom rendimento acadêmico, assim como os serviços de apoio aos estudantes, e adiar ou reduzir efetivamente a evasão. Atividades de integração, serviços de apoio aos estudantes, de cunho psicológico, ou psicossocial, podem promover a integração à vida acadêmica e assim contribuir para a permanência dos estudantes na instituição. A pesquisa detectou a importância da participação ativa das universidades no processo de adaptação do estudante à vida acadêmica, sendo fundamental planejar “ações educacionais e institucionais com a finalidade de favorecer a integração e a adaptação dos estudantes ao ensino superior, assim como a divulgação desses serviços” (MATTA; LEBRÃO; HELENO, 2017, p. 589). Os dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFESs (FONAPRACE, 2019), ocorrida no ano de 2018 (FONAPRACE, 2019), demonstrou as principais dificuldades que os estudantes enfrentam de modo a afetar o desempenho acadêmico, conforme apresentado no gráfico da Figura 1:

Gráfico 5-11: Dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A pesquisa aponta que 28,4% dos estudantes colocam a falta de disciplina/hábito de estudo como maior dificuldade que impacta no desempenho acadêmico. Em segundo lugar, aparecem as dificuldades financeiras, em terceiro, a carga excessiva de trabalhos estudantis, e em quarto lugar, os problemas emocionais. Os dados revelam que dificuldades de natureza acadêmica têm impactado no desempenho acadêmico tanto quanto as dificuldades financeiras. A carga excessiva de trabalhos estudantis e os problemas emocionais aparecem empatados, com 23,7%, com uma diferença de 1% para as dificuldades financeiras, apontadas por 24,7% dos estudantes. Dessa maneira, a pesquisa mostra a demanda por ações direcionadas ao processo de ensino e aprendizagem, de rotinas acadêmicas e de atenção psicossocial como apoio no percurso do estudante universitário para um bom desempenho acadêmico. Andrade e Teixeira (2017) pesquisaram junto aos estudantes da graduação de uma universidade multicampi, quais as áreas do PNAES que mais influenciam na permanência no curso. As pesquisadoras obtiveram como resposta dos estudantes o apoio pedagógico em primeiro lugar, apontado por 20% da amostra, em segundo lugar apareceu a acessibilidade elencado por 18,6%, seguido por moradia (18,2%), transporte (12,4%) e saúde (10,6%). Os autores chamam atenção para a fragilidade existente quanto a definição de assistência estudantil e sobre o que se entende acerca das necessidades dos estudantes, sendo fundamental compreender que “assistência não se reduz ao provimento de subsídios materiais de forma focalizada/seletiva, e necessidade está além do atendimento das necessidades restritas de sobrevivência” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 524).

Pode-se concluir que a oferta de bolsas e outros auxílios financeiros é uma medida importante e necessária, entretanto insuficiente para garantir o percurso bem-sucedido de muitos(as) estudantes. As universidades que ofertam apoio material voltado para as necessidades básicas, somada às atividades de apoio pedagógico e de ampliação de oportunidades acadêmicas por meio de suas políticas de assistência estudantil, seriam mais bem sucedidas na garantia da permanência e sucesso acadêmico de seus estudantes (HERINGER, 2018). Nesse sentido, é importante avaliar em que medida essas demandas estão fazendo parte da agenda das universidades (DIAS; SAMPAIO, 2020). Toti e Polydoro (2020) defendem que é papel das instituições proporcionar os meios para que seus estudantes tenham suporte a fim de superar quaisquer desafios no seu desenvolvimento acadêmico, sendo o apoio pedagógico uma das principais ações a serem planejadas e consolidadas nas universidades federais. As autoras afirmam que,

garantir o acesso ao ensino superior público sem oferecer condições reais de permanência, considerando as fragilidades econômicas, sociais e educacionais dos alunos, pode constituir-se em uma forma de legitimar a exclusão, reproduzindo a desigualdade histórica que caracteriza nossa educação superior (TOTI; POLYDORO, 2020, p. 1030).

Portanto, é preciso atenção para a lógica da inclusão excludente, apontada por Kuenzer (2005, p. 14), cujas propostas de educação traçam:

estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo.

3. Ações de Apoio Pedagógico nas IES

A oferta de serviços de apoio pedagógico no ensino superior é recente no Brasil, pois considera-se que

o eixo norteador para a criação desses serviços de apoio pedagógico aos estudantes foram as políticas de expansão e democratização do ensino superior, concretizadas nos textos normativos do PNAES, do REUNI e da Lei de Reserva de vagas 12.711/2012, além das regulamentações institucionais (TOTI; DIAS, 2020, p. 475).

Após a regulamentação, outros instrumentos legais surgiram para reforçar a oferta de apoio pedagógico no ensino superior, como o PNE de 2014-2024, que propõe a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como um dos critérios de avaliação a oferta de ações de apoio ao estudante por meio de programas extraclasse e psicopedagógico, entre outros (TOTI, 2022). Tornam-se base para as ações de apoio pedagógico estabelecidas nas universidades a legislação sobre o ensino superior; o PNAES e editais de auxílios; os regimentos internos de graduação das IFES; estudos institucionais sobre evasão e permanência; e auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) (TOTI; DIAS, 2020). O PNAES é o instrumento principal que determina a oferta de apoio pedagógico nas IFESs para garantia da permanência estudantil, passando a ser compreendido, portanto, como uma área da política de assistência estudantil (TOTI; POLYDORO, 2020). Portanto, em virtude destas atuais políticas de assistência estudantil, este serviço que não possui tradição nas universidades brasileiras, vem ganhando importância para permanência estudantil e recebendo cada vez mais atenção das instituições de ensino superior federais (HERINGER, 2018).

No entanto, o PNAES não apresenta uma caracterização de apoio pedagógico, pois a autonomia dada às instituições para a implantação das ações estabelece que estas considerem suas especificidades e necessidades, além da tríade ensino-pesquisa-extensão, para o planejamento das ações de assistência (BRASIL, 2010). A falta de uma definição de apoio pedagógico reverberou na diversidade de projetos e programas de apoio pedagógico implementados nas universidades atualmente (IMPERATORI, 2017; TOTI, 2022; TOTI; POLYDORO, 2020). Alguns pesquisadores se debruçaram para investigar este advento e, ao analisar as ações de apoio pedagógico desenvolvidas nas universidades federais, Toti (2022, p. 158) propõe um conceito para apoio pedagógico no ensino superior:

Apoio Pedagógico é a área da política de permanência que abrange intervenções institucionais que visam a produzir impactos positivos na aprendizagem dos estudantes, por meio de ações planejadas e intencionais, nas quais se articulam teoria e prática. Contempla, assim, ações que tenham foco nos processos de ensinar e aprender, no processo de integração à universidade e, também, as ações de suporte à aprendizagem de conteúdo específicos.

Além disso, a autora observa que as ações de apoio pedagógico estão direcionadas às questões de aprendizagem e desempenho, sobretudo com caráter remediativo, sendo desenvolvidas por meio de uma diversidade de intervenções, com vistas a dirimir as dificuldades advindas da educação básica ou próprias da graduação, que acabam prejudicando a aprendizagem e o desempenho acadêmico (TOTI, 2022). Dias (2021) afirma que a institucionalização do apoio pedagógico deu visibilidade à questão da aprendizagem dos estudantes no ensino superior e clamou das universidades a sua responsabilidade pelo aprendizado dos graduandos. Segundo o autor,

tanto a assistência estudantil como o apoio pedagógico hoje são novos valores as universidades públicas brasileiras. A institucionalização do apoio pedagógico possibilitou ainda dar visibilidade ao lugar conferido pelas universidades à questão da aprendizagem dos estudantes. Mais que isso, deu ao tema do aprendizado uma centralidade no campo das ações de permanência estudantil, ao entender que, independentemente das diferenças de trajetórias escolares dos estudantes, a aprendizagem na universidade é de sua responsabilidade (DIAS, 2021, p. 188).

Toti, Polydoro e Assumpção (2018) afirmam que, ao longo dos últimos anos, ocorreu um significativo crescimento da oferta de ações de apoio pedagógico nas IFESs, e, entre elas, há diferentes configurações para contemplar essa área da assistência estudantil. Em um mapeamento sobre as publicações científicas que abordam o apoio pedagógico no ensino superior público, Toti e Polydoro (2020, p. 1028) afirmam que

são variadas as visões que representam o que é ou como deveria ser o apoio pedagógico. Em nossa revisão percebe-se possibilidades como serviço, como acompanhamento do ensino e relação professor-aluno, como ações de tutoria, reforço, auxílios financeiros, material etc. O termo apoio pedagógico tem sido usado para nomear diferentes iniciativas nas instituições, o que justifica a necessidade de compreensão sobre o que tem sido realizado nas universidades federais dentro desse “guarda-chuva” que, aparentemente, é o termo.

Silva (2022), ao pesquisar a definição das ações de assistência estudantil junto às universidades federais caracterizou o apoio pedagógico como um “suporte didático e educativo ao estudante que apresenta dificuldades de aprendizagem, contribuindo para reduzir as taxas de retenção e evasão e melhorando o seu desempenho acadêmico” (SILVA, 2022, p. 62). De acordo com a autora, os programas desenvolvidos apresentam-se nas instituições com nomenclaturas como “Programa de apoio pedagógico”, “Programa de auxílio pedagógico” e “Auxílio a atividades pedagógicas”, tendo estas duas últimas o objetivo de conceder auxílio pecuniário para atividades acadêmico-científicas (SILVA, 2022).

Sobre as ações de apoio pedagógico já estabelecidas nas universidades, Toti (2022) verificou que atualmente 96,8% das instituições oferecem apoio pedagógico de maneira diversificada, porém por meio de ações semelhantes. A autora diagnosticou que 73,3% das instituições oferecem atendimento individual, 48,3% oferecem ações coletivas como oficinas, palestras, rodas, entre outras, e 43,3% oferecem acompanhamento aos alunos com baixo rendimento. Entre as ações desenvolvidas em menor proporção estão a revisão de conteúdos de ensino médio e atividades administrativas, ambas em 19%, e tutoria entre pares ou com docentes em 17%. Essas ações são destinadas a todos os discentes, ou com foco em grupos específicos, como os estudantes que são assistidos pela assistência estudantil, ou que ingressaram pelas cotas PPI (pretos, pardos e indígenas) (TOTI, 2022). Toti, Polydoro e Assumpção (2018) defendem que não há um modelo ideal que se adeque a todos os contextos, mas que as práticas de apoio pedagógico devem assumir características específicas de acordo com o contexto, considerando sobretudo a missão, os valores e objetivos institucionais. Dias (2021) observa em sua pesquisa que há semelhanças nos métodos, procedimentos e sistemas desenvolvidos entre os programas de apoio pedagógico de algumas universidades brasileiras. Todos partem de um “diagnóstico inicial da situação do estudante, constroem atividades nas modalidades individual e coletiva e desenvolvem sistemas que permitem acompanhar os estudantes e registrar esses acompanhamentos” (DIAS, 2021, p. 173).

Coulon (2008), um estudioso sobre a adaptação e vinculação de estudantes franceses à vida universitária, tem contribuído para o debate das ações de apoio pedagógico nas universidades brasileiras, a partir do conceito de “afiliação”. O pesquisador defende que é por meio desse processo de afiliação que o aluno passa à “condição de estudante”, quando se integra plenamente à cultura acadêmica. Essa integração envolve a apreensão de códigos, rotinas, ações e comportamentos fundamentais para ter uma trajetória acadêmica bem-sucedida. Para a aprendizagem destes códigos e rotinas o autor aponta o domínio na organização do próprio tempo; o domínio sobre os serviços disponíveis pela instituição de ensino; o desenvolvimento de uma rede de suporte afetivo, intelectual e acadêmico; a participação em atividades de integração, entre outras. Devido à importância da integração dos estudantes na instituição para o fomento da permanência, tal concepção tem contribuído no planejamento das ações de apoio pedagógico em algumas universidades federais.

Na literatura, há consenso sobre “a importância da integração social e acadêmica dos estudantes para a permanência, e, adicionalmente, a constatação de que a instituição pode favorecer esse processo” (TOTI; POLYDORO, 2020, p. 1025). Dias (2021, p. 182) constata em sua pesquisa que “o apoio pedagógico é um suporte institucional que pode auxiliar os estudantes em seu processo de afiliação à universidade”. Portanto é necessário compreender se as políticas de permanência e assistência estudantil estão promovendo esse processo de afiliação institucional e/ou intelectual (HERINGER, 2018).

Além da integração, as universidades têm se deparado com um tema emergente e desafiador que tem sido abordado em alguns programas de apoio pedagógico. São as ações direcionadas à saúde mental, ao sofrimento emocional e ao bem-estar estudantil, visto seu impacto na qualidade de vida de discentes e conseqüentemente na aprendizagem e no desempenho acadêmico (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017; MATTA; LEBRÃO; HELENO, 2017; TOTI; DIAS, 2020).

“

Para Alain Coulon a primeira tarefa que um(a) estudante deve realizar quando chega à universidade é aprender o ofício de estudante. Ser afiliado(a) é ter adquirido a fluência que se funda na atualização dos códigos que transformam as instruções do trabalho universitário em evidências intelectuais. Uma das maiores razões dos abandonos e dos fracassos resulta de estudantes não decifrarem e, depois, incorporarem esses códigos marcadores de afiliação. A afiliação constrói um habitus de estudante, que permite que o reconheçamos como tal, que o insere em um universo social e mental com referências e perspectivas comuns e, como a permanência da categorização é a condição de todo laço social, com a mesma maneira de categorizar o mundo.

Esse tem sido o tema de muitas pesquisas no Brasil, motivado por discussões a partir de perspectivas sociais, econômicas, políticas, pedagógicas, entre outras, devido ao processo de democratização da educação superior e a nova configuração de universidade. Os novos perfis de estudantes universitários, mais representativo da sociedade brasileira e conseqüentemente mais correspondente à pluralidade de desafios por ela enfrentados, trazem para dentro das universidades mais demandas direcionadas à permanência e à conclusão do curso com qualidade (OLIVEIRA; SILVA, 2018). Oliveira e Silva (2018, p. 371) defendem uma perspectiva de promoção da saúde

decorrente da relação equilibrada entre os diversos elementos da vida concreta e cotidiana do sujeito, como moradia, trabalho, lazer e educação. Portanto, ela possui uma relação intrínseca com a educação, em que ações no âmbito da promoção da saúde interferem significativamente e diretamente no processo educativo.

Para tal, é importante que psicólogos atuem na educação superior de maneira interdisciplinar, fazendo a interlocução com as demais áreas da assistência estudantil para uma prática contextualizada (OLIVEIRA; SILVA, 2018). Toti e Dias (2020) observam que tal prática já tem acontecido em alguns programas de apoio pedagógico, que propõem uma parceria entre serviços de psicologia e saúde, ou equipes multiprofissionais compostas por servidores da área da educação e da psicologia, em prol do bem-estar estudantil.

Panúncio-Pinto e Colares (2015) pontuam a importância dos serviços de apoio pedagógico como suporte para o desenvolvimento acadêmico de estudantes, e como proposta de acolhimento às questões emergentes em cada fase da formação. As autoras defendem uma perspectiva de educação integral, em que se identifica a necessidade de planejar tais serviços para além da concepção clínico-assistencial, mas considerando as demandas do estudante numa abordagem preventiva e de promoção da saúde mental. Dessa maneira, os objetivos desses serviços de apoio pedagógico tornam-se mais amplos à medida em que acrescentam ações direcionadas às temáticas relacionadas ao estudante e a sua formação acadêmica.

Além dessas estratégias de ação desenvolvidas pelos programas de apoio pedagógico nas universidades, está o diálogo desses serviços com as coordenações de cursos, para divulgar o apoio ou para orientar os(as) docentes. Toti e Dias (2020) consideram essa metodologia fundamental para transformar as demandas de apoio pedagógico em temas institucionais e não de exclusiva responsabilidade dos(as) profissionais que atuam nesses serviços. Além disso, a contribuição destes serviços para a formação de docentes torna-se necessária enquanto espaço de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, que irá reverberar no desempenho acadêmico dos estudantes (TOTI; DIAS, 2020). O Relatório da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFESs também confirma a escassez de estudos de avaliação sobre as políticas de Assistência Estudantil, e reforça a necessidade de estudos que avaliem por meio de dados sistematizados, somados a reflexões contundentes sobre as políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência do estudante na instituição, assim como para o seu sucesso acadêmico (FONAPRACE, 2019). O processo de avaliação é imprescindível para a construção das propostas institucionais pois, a soma dos seus resultados com os dados do perfil dos estudantes da instituição fornece as necessidades a serem atendidas, possibilitando um planejamento assertivo ou a remodelação das ações já existentes (TOTI, 2022).

Além do processo avaliativo, Toti (2022) encontra em seu estudo outros desafios que têm sido enfrentados pelos serviços de apoio pedagógico, como a articulação destas ações com os(as) docentes, e o fato de os(as) estudantes desconhecerem a atuação da assistência estudantil direcionada às ações de apoio pedagógico, embora afirmem a importância destas para a permanência. Dias (2021) aponta para a necessidade de sistemas ou softwares como mecanismo importante que permitirá aperfeiçoar o trabalho, ao normatizar as rotinas e refinar dados que possibilitem contatar os estudantes.

4. O contexto da UFSC: Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes

A expansão do Ensino Superior público na primeira década do século XXI trouxe a necessidade de construção de políticas de apoio à permanência estudantil. Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio do Decreto nº 7.2341, instituiu dez ações fundamentais para ampliação “das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”, sendo a nona delas a oferta de apoio pedagógico (BRASIL, 2010). Dada sua autonomia e cumprindo a normatização, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) implementou, em 2013, no âmbito da Pró-reitoria de Graduação³, o Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE), gerido pela Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP), que também possui entre suas atribuições a gestão do Programa de Monitoria, o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola e o Programa de Formação Continuada. Com mais de dez anos de atuação, o PIAPE busca promover ações de apoio e orientação pedagógica visando à permanência estudantil e a qualidade dos processos formativos, proporcionando condições pedagógicas que atendam às necessidades de aprendizagem e contribuam para melhor desempenho e menor sofrimento acadêmico. O Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes – PIAPE, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Básica (PROGRAD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem por objetivo desenvolver ações de apoio e orientação pedagógica que favoreçam o acolhimento, a permanência e a qualidade dos processos formativos para estudantes dos cursos de graduação nos cinco campi da UFSC, contribuindo para uma formação acadêmica qualificada em relação às dimensões humana, profissional, crítica e ética.

Surgido em 2013, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES/2010, oferecendo atividades de acolhimento, apoio e orientação pedagógica para estudantes de graduação dos cinco campi da UFSC, com o propósito de contribuir para a permanência estudantil e com a qualidade dos processos formativos, bem como oferecer suporte ao trabalho de ensino de docentes nos cursos de graduação, no sentido de colaborar para melhoria das condições de aprendizagem de estudantes, para o constante aprimoramento da atividade educacional e bem estar acadêmico da nossa comunidade universitária (UFSC, 2022).

“

O PIAPE é oferecido de maneira universal e as atividades de apoio e orientação pedagógica planejadas pelo programa procuram se adequar às “demandas do contexto sócio-político-cultural dos estudantes, objetivando contribuir para o domínio dos conteúdos e componentes curriculares de cada área atendida” (UFSC, 2022, p. 30).

O PIAPE planeja suas atividades para atender de maneira ampla, inclusiva e democrática toda a comunidade acadêmica, considerando a grade curricular dos cursos diurnos, noturnos e integral. Além disso, procura ofertar atividades de apoio e orientação nos diferentes formatos e possibilidades, com atividades desenvolvidas durante todo o período letivo, nos turnos matutino, vespertino e noturno, período de férias e aos sábados (UFSC, 2022). Ao longo de uma década de existência do programa na UFSC, ele consolidou-se, principalmente, através de abordagens dialógicas com discentes das mais diversas áreas de formação, bem como com docentes, coordenações de Cursos, equipe de tutores e tutoras, supervisores e supervisoras. Um dos fatores primordiais para o desenvolvimento das ações do programa foi considerar que, para além das dificuldades pedagógicas decorrentes de trajetórias estudantis pregressas, das dificuldades relacionadas às metodologias empregadas por parte do corpo docente, da falta de compreensão das regras e códigos do Ensino Superior, das dificuldades socioeconômicas, das dificuldades de organização às dinâmicas de estudos e aprendizagem, das dificuldades relacionadas à excessiva carga horária de atividades acadêmicas e à complexidade de determinados componentes curriculares, havia no contexto da sociedade brasileira, outro importante fator a ser considerado. Trata-se de reconhecer que grupos historicamente excluídos do acesso ao Ensino Superior puderam, com seu ingresso, principalmente devido à implementação das políticas afirmativas, colaborar para a diversificação do perfil estudantil, inclusive questionando, a partir de suas perspectivas, a produção e a reprodução dos conteúdos disciplinares, o eurocentramento dos referenciais teóricos e os limites epistemológicos que as universidades adotaram ao longo das décadas de funcionamento no Brasil.

Anualmente, uma média de 10 mil estudantes se inscrevem e participam das atividades ofertadas nas áreas de Leitura e Produção Textual, Matemática (Pré-Cálculo, Cálculo I, Cálculo II, Álgebra Linear, Geometria Estatística, Física I, Revisão de Matemática do Ensino Médio, Física II, Informática Básica e Programação, Estatística, Bioquímica, Química e Orientação Pedagógica.

Anualmente, uma média de 10 mil estudantes se inscrevem e participam das atividades ofertadas pelo PIAPE nos cinco campi

Áreas de oferta de apoio pedagógico do PIAPE:

- **Leitura e Produção Textual**
- **Matemática (Pré-Cálculo, Cálculo I, Cálculo II, Geometria Analítica, Álgebra Linear)**
- **Física I e II**
- **Química**
- **Bioquímica**
- **Biologia**
- **Estatística**
- **Informática Básica e Programação**
- **Orientação Pedagógica individual e em grupos**
- **Acolhimento e orientação estudantil**
- **Anatomia (a partir de 2025.1)**

Na prática, verifica-se que os atendimentos realizados pelo PIAPE alcançam aproximadamente 20% do total de graduandos(as) da UFSC. De acordo com os relatórios da gestão, entre 2019.2 e 2023.1, foram oferecidas 974 atividades que oportunizaram 49.299 inscrições.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do PIAPE, cada área de apoio e orientação pedagógica ofertada pelo PIAPE está respaldada em um conjunto de conteúdos específicos, estabelecidos entre coordenação do PIAPE, supervisores(as) e tutores(as). Esses conteúdos fazem parte da base curricular acadêmica ou do Ensino Médio e são propostos com o objetivo de promover a permanência nos cursos, a diminuição dos índices de reprovação e evasão, a redução das adversidades socioemocionais e o conhecimento necessário para o processo de ensino e aprendizagem na universidade. Os estudantes também contribuem no planejamento das atividades ao sugerirem, por meio das avaliações, conteúdos a serem ofertados pelo PIAPE, que são acolhidos e implementados quando possível (UFSC, 2022).

Para o planejamento das atividades de apoio pedagógico, a gestão do programa baseia-se em dados institucionais para fazer um levantamento das disciplinas com os maiores índices de reprovação nos cursos de graduação da UFSC. Foram elencadas as áreas de Bioquímica, Química, Física e Estatística por apresentarem altos índices especialmente nas fases iniciais dos cursos correspondentes às áreas como Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, e Ciências Físicas e Matemáticas. A área de Matemática é uma das que apresenta maior índice de reprovação no ensino superior, envolvendo a maioria dos cursos das Ciências Exatas, Agrárias, Econômicas e Sociais. Desta maneira são desenvolvidas pelo programa atividades sobre Fundamentos da Matemática e Geometria Analítica, com o objetivo de colaborar para a aprendizagem dos conteúdos do Ensino Médio e dos componentes curriculares (UFSC, 2022).

Já as áreas de Informática e Leitura e Produção Textual foram pautadas por serem consideradas componente transversal em diversos cursos de Graduação, necessárias para o aprendizado dos conteúdos específicos. A área de Biologia foi solicitada pelos estudantes para revisar conteúdos de Ensino Médio e ampliar conhecimentos básicos para os cursos das áreas de Ciências da Saúde, Biológicas, entre outros (UFSC, 2022). O trabalho de orientação pedagógica é desenvolvido em grupos ou individualmente para estudantes que procuram apoio por conta própria ou que são encaminhados por docentes, pelas coordenações de cursos, pela SINTER, pela PRAE ou pela CAE. Os grupos acolhem demandas diversas e, ao longo dos semestres letivos 2022.1 a 2024.2, têm privilegiado as neurodiversidades, com o Grupo Diálogos (Neuro)diversos. Individualmente, os atendimentos acontecem com frequência semanal, com duração de uma hora, pelo período considerado necessário pelo(a) estudante, pelo(a) tutor(a) em acordo com a Coordenação do Programa e divide-se em duas fases, sendo a primeira centrada na escuta ativa, em que se busca conhecer o perfil estudantil em todas as suas dimensões, os modos de conexão com a universidade, o curso e cada uma das disciplinas, as condições de estudos e eventuais outros compromissos laborais ou familiares que impactam na dedicação aos estudos e demais fatores intervenientes, bem como os objetivos para os estudos e a formação acadêmica.

Nesta primeira fase, que pode ter duração de uma a quatro semanas, busca-se além de orientação de organização em relação às demandas das disciplinas e atividades avaliativas das mesmas, traçar um planejamento para a continuidade da orientação pedagógica, tendo como centralidade as questões pedagógicas e acadêmicas de cada estudante. No caso de, eventualmente, existirem demandas que fogem deste escopo, estas são encaminhadas aos setores ou serviços disponíveis. O objetivo é fazer uma espécie de filtragem, na qual tanto estudante quanto tutor(a) consigam visualizar e separar as questões pedagógicas das demais e assim iniciar um processo de autonomia e organização para os estudos.

Também é fundamental reconhecer as interseccionalidades que atravessam o ambiente acadêmico como racismo, homofobia, capacitismo, etarismo, diferenças de classe e capital cultural, domínio de línguas, capacidade de comunicação e relacionamento, compreensão dos códigos culturais, possibilidade de dedicação ao curso e capacidade de lidar com as pressões e dificuldades, bem como a estrutura financeira e habitacional, as condições de saúde física e mental e as expectativas pessoais ou familiares que o curso proporciona. Todos estes fatores podem ser considerados intervenientes ou mesmo determinantes para a aprendizagem e para a permanência estudantil

A segunda fase, cuja duração pode variar e abranger todo o restante do semestre letivo, é centrada na implementação de estratégias para alcançar o planejamento pedagógico construído na fase 1. Seu objetivo é considerar os fatores intervenientes nos processos de aprendizagem e na inserção ao meio acadêmico visando reduzir níveis de ansiedade, impedir a interrupção dos cursos em razão de fatores pessoais ou outros, minimizar problemas de desempenho que resultem em afastamento da turma e dos conteúdos curriculares, auxiliar no desenvolvimento de métodos de aprendizagem, facilitar a identificação dos fatores que interferem negativamente no desempenho acadêmico, proporcionar condições para busca e implementação de soluções por parte dos(as) estudantes, favorecer a mobilização de recursos pessoais e intelectuais para o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, proporcionar um espaço de escuta e compartilhamento das experiências e dificuldades relacionadas à vivência universitária. Apresenta uma abordagem interdisciplinar, intersubjetiva, participativa, dialógica e contextualizada política e culturalmente, buscando a promoção da permanência e a diminuição do sofrimento acadêmico, mediando a relação entre estudante e contexto universitário, procurando articular as diferentes vozes dos(as) protagonistas da instituição na construção de diálogos necessários.

A Orientação Pedagógica, portanto, relaciona-se ao processo de aprendizagem em sentido amplo e torna-se um locus privilegiado para observação sobre a vivência universitária. Isto porque, a partir de uma escuta qualificada e do acesso aos documentos de registro e histórico acadêmico de cada estudante, bem como das razões deste ao buscar o acompanhamento, é possível a construção de um perfil discente. Este, precisa ser posto em relação com perfil do curso, e envolve objetivos de curto, médio e longo prazo para a permanência na universidade e o que se espera alcançar com um diploma de nível superior. Para tal, é preciso reconhecer que há carreiras percebidas como de sucesso e outras que são utilizadas como 'acesso' ao Ensino Superior, que há cursos com maior ou menor taxa de evasão e reprovação, fatores que interferem na construção de vínculos e objetivos. Assim, com base nos atendimentos feitos na Orientação Pedagógica, podemos elencar algumas características predominantes, entre elas: a) dificuldade de organização das rotinas acadêmicas; b) dificuldade de concentração e foco às leituras obrigatórias e complementares; c) tendência de colocar-se de maneira passiva em relação aos processos de aprendizagem; d) falta de compreensão quanto aos objetivos gerais do projeto pedagógico do curso; e) o fato de muitos estudantes terem feito o Ensino Médio ou parte dele durante a pandemia na modalidade remota; a fobia social, entre outros; e f) medo de questionar e ausência de diálogo entre docentes e estudantes em sala de aula.

Abaixo apresentamos um print da página institucional do PIAPE demonstrando como divulgamos as atividades para estudantes no Campus de Florianópolis:

Abaixo apresentamos um print da página institucional do PIAPE demonstrando como divulgamos as atividades para estudantes no Campus de Florianópolis:



Atividades com inscrições abertas – 2024.2



A gestão do programa avalia todas as atividades ministradas desde 2014. São realizadas avaliações com o público discente, avaliações com os(as) tutores(as) do programa e avaliações com as gestões do programa nos campi. Em pesquisa sobre a opinião estudantil acerca das atividades do programa, observou-se nas respostas dos(as) estudantes que concluíram as atividades que, existe a necessidade de aprendizado dos conteúdos da base curricular do ensino médio, bem como de temas transversais fundamentais e para o acompanhamento das disciplinas curriculares no ensino superior. Além disso, o resultado da avaliação confirma que o programa tem ofertado atividades de apoio pedagógico sobre as áreas e conteúdos conforme as necessidades educacionais do público estudantil, e sobretudo constata que as ações de apoio têm sido efetivas no processo de aprendizagem dos conteúdos de maior fragilidade, proporcionando melhorias nas notas das disciplinas. Diante disso, pode-se inferir que o PIAPE tem alcançado seus objetivos de colocar-se como estratégia pedagógica de apoio aos estudantes e ao trabalho de ensino dos docentes, colaborando para a permanência estudantil (GOMES, 2023).

Abaixo apresentamos um print da página institucional do PIAPE demonstrando como divulgamos as atividades para estudantes no Campus de Florianópolis:

Diversidade de ações

Para o apoio pedagógico nas áreas determinadas, o programa desenvolve, desde a sua criação, uma variedade de ações. Estas ações são organizadas em atividades como módulos, aulas, minicursos, oficinas, palestras, rodas de conversa, grupos de orientação pedagógica e encontros individuais de orientação pedagógica, nas modalidades presencial e remota. Entre as atividades remotas, temos aulas de apoio pedagógico e atendimentos de Orientação Pedagógica nos turnos noturnos e aos sábados, buscando atender as necessidades de estudantes que residem longe do Campus ou trabalham. Além disso também dispomos de um Canal no Youtube que serve para a oferta de aulas e minicursos, por meio do qual são ofertadas diversas atividades e conteúdos que passam a estar acessíveis para estudantes a qualquer momento. O quadro abaixo apresenta cada modalidade, suas características, processos de inscrição, certificação e carga horária.



No canal do YouTube do PIAPE, @piapeufsc4263, há 1,64 mil inscritos e 84 vídeos disponibilizados, alcançando 28.968 visualizações⁴ que tratam de temas como “Como preparar uma apresentação de seminário na Universidade”, “Vozes (Neuro)Diversas: experiências discentes na UFSC”, “Estudo e Sistematização de Leituras Acadêmicas”, “Aulão do PIAPE: Organização e Planejamento da Escrita Acadêmica”, “Aulão: Leia, curta, compartilhe e referencie – citar e referenciar na esfera acadêmica”, “Projeto PIAPE – Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Dissertação ou Tese”, “Racismo e antirracismo no Brasil contemporâneo”, “Aulão ‘Escrita Acadêmica na Universidade’”, “Palestra: Meninas nas Exatas, sim!”, “Palestra ‘Vamos conversar sobre o luto?’”, “Dicas de citação e referenciação em trabalhos acadêmicos”, “Aulão ‘Sistemas UFSC’”, “Aulão: Perfil na rede acadêmica: a importância da plataforma Lattes e dicas de como usá-la”, “Cálculo e Pré cálculo: bichos de 7 cabeças?”, “Moodle para estudantes: aprendendo a usar o ambiente para as atividades acadêmicas”, “Aulão do PIAPE: Procrastinação e Motivação no Ensino Superior”, entre outros.

Na avaliação discente desenvolvida pelo programa, questionou-se aos estudantes que participaram da orientação pedagógica os fatores que os motivaram a procurar a orientação. Como principais respostas estão as dificuldades de organização das atividades acadêmicas, as dificuldades de atenção e as dificuldades de aprendizagem nas disciplinas. Estes motivos legitimam a demanda por ações direcionadas ao processo de ensino e aprendizagem, de rotinas acadêmicas e de atenção psicossocial já desenvolvidas pela orientação pedagógica do programa (GOMES, 2023). De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES (FONAPRACE, 2019), 28,4% dos estudantes. Com base em Coulon (2008), o PPP do programa pontua que as atividades de orientação pedagógica desenvolvidas pelo PIAPE promovem a aprendizagem da cultura acadêmica; o domínio na organização dos estudos e do tempo; o conhecimento dos serviços disponíveis na universidade; o desenvolvimento de uma rede de suporte afetivo, intelectual e acadêmico; e a participação em atividades de integração. Este aprendizado acerca das rotinas e métodos de estudos, bem como a apropriação dos códigos, valores, símbolos e linguagens acadêmicas contribuem para o bom desempenho, conforme afirmam Andrade e Teixeira (2017), Coulon (2008), Dias (2021) e Matta, Lebrão e Heleno (2017). Na avaliação discente dos semestres analisados, 94% dos(as) estudantes respondentes consideraram que a orientação contribuiu para melhora no desempenho acadêmico.

Estudantes indígenas, negros(as), quilombolas, refugiados(as) e outros, na medida em que acessam o Ensino Superior contribuindo para democratizá-lo, precisam ter tanto suas condições materiais observadas quanto suas subjetividades consideradas, para que seja possível evitar a colonialidade do saber e os epistemicídios consolidados em algumas práticas científicas hegemônicas. Pierre Bourdieu ilumina a dinâmica de classes que existe nas universidades: “O que está implícito nessas relações com a linguagem é todo o significado que as classes cultas conferem ao saber erudito e à instituição encarregada de perpetuá-lo e transmiti-lo” (BOURDIEU, 2015, p. 63). A este respeito Grada Kilomba, afirma que conhecimento, ciência e erudição constituem-se de forma intrínseca ao poder e à autoridade racial, chamando atenção para o fato de que “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p. 51). Para grupos historicamente subalternizados, assim como para a totalidade do corpo discente, é fundamental uma política de acolhimento e a construção daquilo que Bell Hooks denomina de comunidades pedagógicas (HOOKS, 2017).

Um dos aspectos importantes que diferenciaram este momento da vida acadêmica foi a emergência de um quadro generalizado de adoecimento socioemocional entre estudantes de graduação, muitas vezes acompanhado por diagnósticos médicos e altos índices de medicalização por parte de estudantes de graduação, necessitando de especial atenção por parte do programa. De acordo com Maria Isabel da Cunha no livro “O bom professor e sua prática”, as características e atributos que conformam a ideia de ‘bom professor(a)’ são frutos do julgamento individual acrescido das expectativas e projeções sociais, modificando-se conforme necessidades e contextos humanos se alteram no tempo e no espaço. Para a autora, “o aluno faz a sua construção própria de bom professor, mas, sem dúvida, esta construção está localizada num contexto histórico-social” (CUNHA, 1989, p. 64). E quem é o bom aluno ou a boa aluna no contexto universitário? A resposta nos exigiria uma complexa e profunda leitura da realidade social, econômica, cultural, racial, etária do Brasil, cujas interseccionalidades não cessam de se transformar. Contudo, dadas as dimensões deste trabalho, trataremos de apresentar os pressupostos que a coordenação do programa compreende como mais assertivos e adequados à diversidade de perfis estudantis na graduação da UFSC. Desde sua criação e implementação, o PIAPE engaja-se em uma ‘pedagogia do compromisso’ (FREIRE, 2008) voltada à permanência estudantil, bem como apoio ao trabalho docente, colaborando para o constante aprimoramento da atividade educacional e a resolução de problemas historicamente construídos como a reprovação em determinadas áreas de conhecimento e a evasão acadêmica. Além disso, constitui-se em espaço formativo para estudantes de pós-graduação que atuam como tutores e tutoras de apoio ou orientação pedagógica, cuja estrutura é composta, segundo o Modelo Lógico, pelos seguintes componentes:



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Contudo, diante da grande diversidade de áreas do conhecimento ofertadas na Graduação da UFSC é preciso considerar que as demandas acadêmicas podem sofrer alterações e buscar a adequação das atividades de apoio e orientação pedagógica às demandas do contexto sócio-político-cultural dos estudantes. Para tal, é fundamental observar a cultura escolar em suas especificidades e heterogeneidades e a rotinização ou o estranhamento a determinadas práticas, como os processos de inserção no curso, a apropriação dos códigos gerais e específicos para a permanência no ambiente acadêmico, a construção de vínculos acadêmicos, institucionais e afetivos, a autonomia necessária à construção do conhecimento em nível superior, para além da apropriação dos conteúdos necessários às disciplinas. Segundo Amurabi Oliveira (2023, p. 80), é preciso compreender que cada caso se relaciona “a outros fenômenos sociais, a uma teia de relações” resultando no fato de que há uma cultura escolar e uma cultura da escola, que em muitos pontos se interseccionam e em outros, podem conflitar. Diante de tantas especificidades e das dinâmicas de transformação social, o PIAPE, enquanto política pública, é constantemente monitorado e avaliado de maneiras diferentes e em momentos distintos, contribuindo para a constante revisão dos conteúdos teóricos e metodologias, subsidiando a tomada de decisões e fundamentando ajustes e alterações, além de resultar na elaboração do PPP, que define as diretrizes e o formato geral do mesmo. Seus objetivos específicos são:

- **criar estratégias de apoio pedagógico às necessidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes, tanto em relação à organização da atividade de estudo quanto em relação à apropriação de conteúdos específicos nas diferentes áreas de conhecimento, em especial naquelas que apresentam altos índices de retenção e evasão;**
- **desenvolver estratégias de apoio pedagógico em áreas comuns e em temas transversais aos cursos de graduação, por meio de módulos, palestras e oficinas, a partir do planejamento definido pela equipe do PIAPE em cada campus;**
- **instrumentalizar estudantes para o desenvolvimento da autonomia no estudo, orientando os processos de planejamento e organização de suas trajetórias acadêmicas;**
- **acompanhar, em conjunto com outros setores institucionais (núcleos docentes estruturantes, coordenações dos cursos de graduação, chefias de departamentos e demais órgãos competentes da Universidade), indicadores de retenção e evasão nos diversos cursos de graduação para planejamento constante das ações do programa e criação de estratégias que contribuam para a permanência estudantil;**
- **propor ações conjuntas com os núcleos docentes estruturantes, as coordenações dos cursos de graduação, chefias de departamentos e demais setores da UFSC de modo a promover a permanência estudantil;**
- **promover estratégias de acolhimento e inserção acadêmica para estudantes ingressantes da graduação na UFSC;**
- **promover a contínua avaliação do programa junto à comunidade acadêmica;**
- **contribuir com a formação pedagógica das pessoas que desempenharem as atividades de tutoria;**
- **estimular o fortalecimento de vínculos afetivos entre docentes e discentes para o processo de ensino-aprendizagem;**
- **proporcionar a integração de estudantes em comunidades de aprendizagem; e**
- **contribuir com propostas formativas para o Programa de Formação Continuada (PROFOR), destinado aos (às) servidores(as) docentes e técnico-administrativos(as) em educação da Universidade (UFSC, 2022, p. 20).**

Desafios institucionais

O principal desafio percebido pela gestão do PIAPE refere-se ao fato de que, apesar da institucionalidade, faltam engajamento e reconhecimento de alguns setores em nossa universidade, reverberando em diversas dimensões que impactam o programa. Ressalta-se que, dentre os(as) estudantes que procuram o PIAPE, há uma importante parcela de estudantes que recebem bolsa estudantil, oriundos de escolas públicas, estudantes negros(as), pardos(as), indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, neurodiversos(as), internacionais e refugiados(as). Desta forma, o principal público das ações de apoio e orientação pedagógica são estudantes atendidos, além da PROGRAD, pela PRAE, pela CAE/PROAFE e pela SINTER. Percebe-se, portanto, que falta uma compreensão institucional do sentido e da abrangência da permanência estudantil que alcance todas as suas dimensões de forma interconectada, como prevê o objetivo supracitado. Entre os demais desafios estão a escassez de servidoras, a falta de espaço físico permanente e o fato de que muitos(as) servidores(as) docentes e técnico-administrativos(as) desconhecem o PIAPE e assim, não fazem o encaminhamento de estudantes que possam se beneficiar desta importante política pública.

Propostas de melhorias

- **Oferta de capacitação para servidores(as) docentes e técnico-administrativos(as) das coordenações dos cursos;**
- **Formação de Grupo de Trabalho;**
- **Criação de um sistema informacional integrado para acompanhamento das trajetórias discentes;**
- **Apoio às coordenações de cursos para redução da evasão e reprovação;**



Conclusão

O apoio e a orientação pedagógica são atualmente compreendidos como áreas da assistência estudantil de responsabilidade das universidades, e a literatura afirma seu papel central no desenvolvimento acadêmico do estudante, especialmente para aqueles que ingressaram com algum histórico de fragilidade educacional (HERINGER, 2018). Além disso, as ações do programa estão em conformidade com a literatura quanto à caracterização de apoio pedagógico, afirmadas por Toti (2022, p. 158) como “intervenções institucionais que visam a produzir impactos positivos na aprendizagem dos estudantes, [...] ações que tenham foco nos processos de ensinar e aprender, no processo de integração à universidade e, também, as ações de suporte à aprendizagem de conteúdo específicos”.

Considerando a responsabilidade da universidade sobre o processo de ensino e aprendizagem, este relatório fornece à instituição subsídios para a expansão e fortalecimento do programa com o objetivo de alcançar toda comunidade discente, pois em conformidade com Toti e Dias (2020, p. 497), acredita-se que é necessário “coletivamente, desenvolver a área de apoio pedagógico como direito dos estudantes de graduação, como importante ação de permanência e como ferramenta de justiça social”. Para o fortalecimento desta política, é fundamental o investimento na contratação de servidores(as), de tutores(as) e consequente ampliação das áreas de atuação do programa nos cinco campi da UFSC.

Para o ano de 2025, a área Anatomia Humana passará a compor o conjunto das atividades de apoio pedagógico ofertadas pelo PIAPE, com o objetivo de acatar as demandas estudantis e colaborar nos processos de aprendizagem e redução da reprovação. Seguimos com o propósito de revisar continuamente o programa e fortalecer sua atuação em âmbito institucional.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 512–528, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 out. 2021.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publi-cacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 4 ago. 2022.
- COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239–1250, out./dez., 2017.
- CUNHA, Maria Isabel. O bom professor e sua prática. Campinas, Papyrus, 1989.
- DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2021.
- DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos et al. (org.). *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 27–60.
- DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148–181, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Compromisso: América Latina e educação popular*. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). *Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*, Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2012/10/revista-comemorativa-25-anos-de-fonaprace>. Acesso em: 4 jun. 2022.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. Orientadora: Helena Maria Sant’Anna Sampaio. 2021. 232f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2021.
- DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos et al. (org.). *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. So Carlos: Pedro & Joo Editores, 2020, p. 27–60.
- GOMES, Luiza Souza Ioppi. Proposta de melhorias para uma política de apoio pedagógico no ensino superior a partir da avaliação formativa: um estudo de caso. 2023. 187f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2023.
- HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista brasileira de orientação profissional*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7–17, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2021.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

HONORATO, Gabriela; VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Assistência estudantil e permanência na universidade pública: Refletindo sobre os casos da UFRJ e UFF. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt25-1/9066-assistencia-estu-dantil-e-permanencia-na-universidade-publica-refletindo-sobre-os-casos-da-ufrj-e-da-uff/file>. Acesso em: 16 jul. 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência ao aluno no ensino superior brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96. MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 759-781, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574>. Acesso em: 18 set. 2021.

MATTA, Cristiane Maria Barra da; LEBRÃO, Susana Marraccini Giampietri; HELENO, Maria Geralda Viana. Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. *Psicol. Esc. Educ.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 583-591, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392017021311118>. Acesso em: 4 ago. 2022.

OLIVEIRA, Aparecida Beatriz; SILVA, Maria Cintra. A Psicologia na Promoção da Saúde do Estudante Universitário. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 7, n. 3, p. 363-374, 2018. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1913>. Acesso em: 29 set. 2022.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; COLARES, Maria de Fátima Aveiro. O estudante universitário: os desafios de uma educação integral. *Medicina*, Ribeirão Preto, v. 48, n. 3, p. 273-281, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v48i3p273-281>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, Luciana Sampaio. Proposta de Metodologia para a Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil das Universidades Federais a partir do PNAES. Orientadora: Andressa Sasaki Vasques Pacheco. 2022. 137f. Dissertação (Mestrado profissional) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/240881/PPAU0268-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, p. e238181, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181>. Acesso em: 11 jul. 2022.

TOTI, Michelle Cristine da Silva. Apoio Pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das universidades federais brasileiras: mapeamento, tendências e desafios. Orientadora: Soely Aparecida Jorge Polydoro. 2022. 210f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2022.

TOTI, Michelle Cristine da Silva; DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Conquistas, possibilidades e desafios para os serviços e seus profissionais. In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos et al. (org.). *Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro*. So Carlos: Pedro & Joo Editores, 2020. p. 472-497.

TOTI, Michelle Cristine da Silva; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. A produção científica sobre o apoio pedagógico: compreensões sobre a permanência na educação superior. Congresso CLABES, Bogotá, 2020. Disponível em: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/2693>. Acesso em: 5 dez. 2021.

TOTI, Michelle Cristine da Silva; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge; ASSUMPÇÃO, Flavia Vieira de Souza Leite. O Apoio Pedagógico nas Universidades federais brasileiras. Congresso Internacional de Orientación para el Aprendizaje em Educación Superior – OAES, Santiago (Chile), p. 137-140, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343636573_O_apoio_pedagogico_nas_universidades_federais_brasileiras. Acesso em: 5 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Projeto Político Pedagógico do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE). Florianópolis: PIAPE, 2022. 66 p. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/pagina-exemplo/projeto-politico-pedagogico-do-piape/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

Contato

Programa Institucional de Apoio
Pedagógico aos Estudantes -
PIAPE/UFSC

site <https://piape.ufsc.br/>
e-mail piape@contato.ufsc.br
social [@piape.ufsc](#)